

ENTRE DEFICIÊNCIAS E SUPEREFICIÊNCIAS? VIVENCIANDO A INCLUSÃO DAS DIFERENÇAS

Among deficiencies and superefficiency? Living the inclusion of differences

Cecília Fonseca Pessoa de Andrade Alves

Colégio Pedro II¹

Renato Vidal Linhares

Colégio Pedro II²

Fabiano Lange Salles

Colégio Pedro II e Secretaria Municipal de Educação de Caxias/RJ³

Resumo: durante o II Encontro de Educação Física Escolar do Colégio Pedro II foi oferecida uma oficina sobre inclusão com o objetivo de propor vivências que oportunizassem aos participantes uma experiência diferenciada, tentando deslocar a percepção para um novo olhar, para um diferente viés de observação. A oficina foi composta de quatro etapas: túnel dos sentidos, debate sobre a vivência no túnel e a base teórica sobre inclusão, criação ou seleção de jogos com a inserção de um participante simulando uma característica passível de exclusão e debate final sobre os jogos. Percebemos, ao final da oficina, que a inclusão é um tema atual e que incomoda os profissionais da Educação no cotidiano, que necessita de maiores discussões e de um incremento na formação continuada, pois é vivenciada a todo o momento, principalmente nas aulas de Educação Física Escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Física; Empatia; Formação Continuada.

Abstract: during the Second Meeting of School Physical Education of the Colégio Pedro II was offered a workshop on inclusion with the aim of proposing experiences that gives the participants the opportunity of a differentiated experience, trying to shift perception for a new view, to a different observation way. The workshop consisted four steps: tunnel of the senses, debate about the experience in the tunnel and the

¹ Mestra em Educação – UERJ e Doutora em Ciências da Educação – UPAP. E-mail: professoraceciliapessoa@gmail.com

² Mestre em Ciência da Motricidade Humana - UCB e Doutorando em Endocrinologia – UFRJ. E-mail: renatolinhairesjf@gmail.com

³ Mestre e Doutorando em Educação – UFRJ. E-mail: fabianols@globo.com

Todos os autores são membros do *Grupo de Estudos em Educação Física Escolar do Colégio Pedro II* – GEPEFE – CP II.



theoretical basis of inclusion, creating or selecting games with the insertion of a participant simulating a exclusion able characteristic and a final debate about the games. We realized, at the end of the workshop, that inclusion is a current topic and that it bothers Education's professionals daily, allowing the identification as a topic that needs further discussion and increase in continuing Education, because it is something experienced the hole time, mainly in school Physical Education classes.

Key words: Inclusive Education; Physical Education; Empathy; Continuing Education.

Introdução

Mas como vamos receber esses alunos? Como eles vão entrar se a escola não tem um espaço adaptado? Como vão frequentar se não tem ninguém que os ajude? Como vou trabalhar se a escola não me deu capacitação?

Quem trabalha em escola certamente já escutou frases semelhantes em relação ao ingresso de pessoas com deficiência algum tipo de deficiência São questionamentos importantes, capazes de iniciar reflexões, ora em relação ao poder público, ora em relação à escola ou ao estranhamento e ou preconceito dos próprios participantes da comunidade escolar.

Para alguns desses questionamentos, a resposta mais comum em nossos dias tem sido a da legalidade:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.

Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, p. 1).

O argumento legal é importante e bastante convincente. Não se resume, porém, na obrigatoriedade da matrícula nos sistemas de ensino. Já dispomos de dispositivos de leis e decretos que determinam e regulam como devem ser

estruturadas e como devem funcionar as redes de ensino sob a perspectiva da inclusão – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), Resolução CNE/CEB nº 4 de 2 de outubro de 2009, Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 e Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Acreditamos não ser o suficiente. A contraposição das questões relativas à chegada de estudantes com deficiência na escola somente pelos subsídios legais pode encobrir, por vezes, possíveis reflexões, mascarando o estranhamento, o preconceito além de prejudicar a percepção desses e de outras ações e atitudes frente à problemática da implementação da educação inclusiva.

Enfim, no cotidiano escolar, parece haver uma concreta resistência por parte dos sujeitos, certamente não de todos, em relação à inclusão e às mudanças que dela devem advir. Percebida principalmente através dos discursos, esta resistência reflete, na realidade, a conjuntura social na qual a escola está inserida. Longe de ser um pensamento que remete à acomodação, ao contrário, cabe refletir sobre o desenvolvimento de estratégias que permitam a mudança deste quadro, principalmente, ao se tratar de sujeitos que deveriam ser os motores das mudanças pedagógicas ora pretendidas.

Identificar o caráter desigual e excludente da sociedade e, por conseguinte, da educação pode permitir que reconheçamos a nós mesmos como sujeitos e ou objetos desta ‘engrenagem’, já que, ao mesmo tempo, somos condicionados pelo meio sociocultural e interferimos nele. Perceber, então, algumas de nossas ações como socialmente condicionadas pode ser o motor para uma efetiva conscientização e transformação pessoal e social. Quem sabe assim, em um futuro breve, possamos dispensar as medidas legais que visam compensar as distorções e diferenças?

Pensando na possibilidade de olhar para dentro de si, através da oportunidade de se colocar no lugar do outro, o que no senso comum chamamos de ‘empatia’, tivemos a ideia de apresentar a oficina “Entre deficiências e supereficiências? Vivenciando a inclusão das diferenças”, que foi ministrada no ‘Il



Encontro de Educação Física Escolar do Colégio Pedro II' (II ENEFE CPII), em outubro de 2015. O 'ENEFE' é um evento para promover a formação continuada, que mescla conferências e mesas redondas com a apresentação de oficinas, minicursos e pôsteres em apenas um único dia. É destinado aos professores de Educação Física das redes públicas e particular, mas também reúne acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação em Educação Física e áreas afins.

Nossa pretensão foi provocar reflexões nos participantes sobre questões que envolvem a prática, o saber e, principalmente, o 'sentir' docente em relação à inclusão. A primeira reflexão que nos convoca o título diz respeito à dicotomia 'deficiência e ou supereficiência', um neologismo com a possibilidade de pensar sobre a diferença. A percepção que como seres humanos temos características únicas e que, se compararmos aos demais, podemos nos considerar como deficientes ou eficientes em determinados aspectos, leva-nos a refletir sobre a segunda parte do título: 'a inclusão das diferenças'. Procuramos questionar sobre que diferenças são essas que necessitariam de inclusão, assim como, que inclusão seria essa, quando temos dificuldade de perceber sua necessidade.

Retomando e refletindo sobre o tema da dificuldade do ser humano de se colocar no lugar do outro, construímos passos a fim de propor vivências que oportunizassem aos participantes uma experiência diferenciada, tentando deslocar a percepção para um novo olhar, para um diferente modo de observação.

A oportunidade de realizar a descrição da oficina neste relato objetiva compartilhar nossas motivações, nossas próprias conscientizações e, principalmente, algumas das considerações de todos os professores e acadêmicos que nos oportunizaram com sua participação naquela tarde. Consideramos que tal relato torna-se relevante na medida que pode proporcionar outras inspirações, outras propostas, assim como amplificar o diálogo entre a escola e a formação profissional, entre a prática dos professores e a base teórica que serve de suporte e entre nós e nossos estudantes.

Portanto, este relato foi dividido em três partes, iniciando pelas inspirações, ideias e olhares que embasaram a construção da oficina. Posteriormente,

apresentaremos o caminho percorrido com uma breve descrição da oficina e, nas considerações finais, os resultados e reflexões que apreendemos com toda a vivência.

Inspirações...

A ideia da oficina surgiu com a lembrança do primeiro estudante cadeirante a adentrar nosso campus por concurso (sexto ano do ensino fundamental) na primeira década do novo milênio. Na época, sem muitos recursos e capacitações, nem mesmo rampas que o permitissem entrar autonomamente em uma quadra, a ideia de solicitar à mãe uma cadeira extra do aluno, para que outros alunos da turma experimentassem esta condição, pareceu acertada.

Consideramos, então, que a primeira inspiração para a realização da oficina tem relação com o conceito de empatia, apesar das conceituações difusas ao longo da história. Empatia é um termo estudado principalmente pelas áreas da psicologia e da neurociência que significa uma resposta afetiva e apresenta seu desenvolvimento imbricado com o contexto sociocultural (SAMPAIO, CAMINO & ROAZZI, 2009).

Relacionado a três diferentes correntes dentro da Psicologia, o conceito de empatia pode: se referir a “um traço de personalidade ou habilidade geral para conhecer os estados mentais de outras pessoas e para sentir as emoções dos outros” (SAMPAIO, CAMINO & ROAZZI, 2009, p. 6); refletir as respostas afetivas e cognitivas em uma situação específica e; referir-se à vivência entre terapeutas e clientes durante a psicoterapia.

Por outro lado, alguns autores consideram que a empatia se refira a uma resposta emocional vicária às reações emocionais de outras pessoas (Feshback&Roe, 1968; Mehrabian& Epstein, 1972). Para eles, tanto o reconhecimento dos sentimentos e pensamentos dos outros como o compartilhar de seus estados afetivos são considerados elementos constituintes e indissociáveis da empatia. Nessa perspectiva, a empatia é vista como uma capacidade desenvolvida ao longo dos anos que tende a ser refinada à medida que os aspectos cognitivos e afetivos evoluem (SAMPAIO, CAMINO & ROAZZI, 2009, p. 7).

Mas a empatia também pode ser apreendida através da integração de vários sistemas corticais; uma composição de vários elementos afetivos e cognitivos como



a autoconsciência, o reconhecimento e a compreensão dos estados mentais alheios, evidenciando uma experiência unicamente humana e que se relaciona com a evolução (SAMPAIO, CAMINO & ROAZZI, 2009).

Os autores destacam, por fim, que:

Apesar das divergências conceituais e metodológicas envolvidas nessa temática, existe consenso entre os teóricos a respeito da forte influência que a empatia pode exercer nos processos de tomada de decisão, especialmente quando esta se refere a questões ligadas ao cuidado, respeito e moralidade (SAMPAIO, CAMINO & ROAZZI, 2009, p. 13).

Ao falar em cuidado, respeito e moralidade podemos relacionar com a educação, principalmente com a educação inclusiva, objeto deste relato.

Quando falamos em 'inclusão', de um modo geral, interligamos o conceito com a situação de pessoas com deficiências. Porém, consideramos essencial a desconstrução desta visão comum, ampliando o olhar, a fim de perceber todos os sujeitos que são excluídos, no âmbito social. Para tanto, é importante uma reflexão inicial sobre a ideia de exclusão e, posteriormente, conceituar e relacionar os termos refletindo sobre suas interseções.

Refletindo sobre a história humana e seus vários episódios de exclusão, que por vezes se relacionam à religião, às diferentes etnias, a determinados gêneros ou grupos sociais, dentre outros, verificamos que não podemos nos referir somente aos estudantes com deficiência ou portadores de necessidades educacionais especiais (XAVIER, 2009). A exclusão promove, segundo Xavier (2009), a desigualdade e a injustiça social ao abandonar, alijar, discriminar, silenciar ou a condenar ao insucesso sujeitos considerados diferentes do que pensamos ser o ideal de sujeito, o indivíduo 'normal'.

As relações 'normal/anormal' ou 'igual/diferente' traz à luz da reflexão as valiosas contribuições de Foucault (2003, apud PORTOCARRERO, 2004) sobre como as relações de poder relacionam-se com as construções de subjetividades; ou como determinadas práticas, sobretudo corporais de individualização e homogeneização do sujeito, resultam em um processo de dominação, através de processos de normalização e disciplina.

A normalização ocorre através de cinco operações: relacionar os atos e desempenhos a um conjunto geral para comparar, diferenciar e criar uma regra a seguir; diferenciar os indivíduos entre si, em função da regra, criando a média, o mínimo e o ótimo; quantificar os indivíduos; realizar uma coação através das medidas valorativas rumo à conformidade e; definir o limite entre o normal e o anormal (ANDRADE, 2002).

Evidenciando os mecanismos que regem a fronteira entre o 'normal' e o 'diferente', podemos revelá-los enquanto resultado de relações sociais, de produções discursivas e de relações de poder. Nesse sentido, Silva (2012) relata que:

[...] fixar uma determinada identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente a identidade (p. 8).

Dentro dessa ideia corroboramos com Kelman (2005) ao afirmar que a Educação Inclusiva é a educação de alunos que não pertencem à cultura dominante. Assim, a Educação Inclusiva só pode ser bem-sucedida se for impregnada de respeito às culturas minoritárias. A autora se refere ao atendimento educacional de todas as crianças e jovens, independente da sua diferença.

Ao referir-se à inclusão, Santos (2013) destaca a luta em prol de todo e qualquer indivíduo ou grupo que esteja em situação de risco ou exclusão, não somente os que tradicionalmente a escola elege como os indivíduos 'de inclusão'. A autora exemplifica, citando os excluídos por questões de preconceito.

Concordando com Blanco e Glat (2009), entendemos como Educação Inclusiva

[...] um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem (p. 16).



As autoras destacam o 'novo modelo de escola', enquanto Romero & Souza (2008) assinalam ser a inclusão fruto de uma mudança paradigmática, que

[...] representa avanço no tratamento dispensado ao deficiente e consiste sim num grande desafio para a educação, pois implica numa reestruturação da organização escolar atual que vai muito além da adaptação física ou mesmo curricular, necessitando que se modifique a razão de existir desta instituição, criada inicialmente para legitimar a segregação e que hoje possui a tarefa de acolher em seus bancos todo e qualquer indivíduo, independente de suas características pessoais (p. 1).

Destacando os requisitos da inclusão escolar, Xavier (2009) concorda com a necessidade de ruptura de paradigma, enquanto defende a escola pública de qualidade.

[...] a inclusão escolar deve ter como principal compromisso, a formação da cidadania a partir de uma escola pública de qualidade para TODOS os alunos. E nesse caso, é preciso pensar que incluir é muito mais do que ter acesso à escola. Incluir significa uma inserção total e incondicional de TODOS, em TODOS OS SEUS ASPECTOS (sociais, culturais, pessoais). Exige, para tanto, uma ruptura de paradigmas, conceitos e preconceitos cristalizados e a realização de transformações na escola (ideológicas, pedagógicas, filosóficas e estruturais) e nos educadores (p. 22).

Concordando com este viés, Salles (2013) realiza uma análise da Educação Física Escolar, referindo-se a sua história. Por ser uma disciplina ligada tradicionalmente ao rendimento e aos corpos saudáveis, foi uma das pioneiras na percepção e valorização das diferenças, por meio da Educação Física Adaptada, que trouxe contribuições para a integração de pessoas com necessidades especiais.

No entanto, a partir do advento da inclusão, novas demandas surgiram. Não mais adaptações para a integração de indivíduos com deficiência em atividades física e esportivas, mas ações e práticas que promovam a participação efetiva de todas as diferenças nas aulas de Educação Física (p. 9).

Defendendo o termo 'Educação Física Inclusiva', assim como Soler (2005); Costa e Sousa (2004); Rechineli, Porto e Moreira (2008), e concordando com Chicon (2008), Salles (2013) propõe que:

[...] não deve se limitar simplesmente a adaptar conteúdos e práticas para a participação de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE), mas deve assumir uma perspectiva educacional, cujos conteúdos, métodos e objetivos valorizem a diversidade que caracteriza a sociedade contemporânea, garantindo, assim, a participação efetiva de todos em suas aulas (p. 9).

Neste sentido, concordamos que a Educação Física Escolar é uma importante disciplina no que se refere à contribuição para o processo de inclusão de todos os alunos e alunas. Podemos refletir sobre suas peculiaridades: possibilidade de flexibilização de conteúdos, de descompartimentação dos saberes, de trânsito entre o uno e o diverso.

O caminho percorrido...

Com a participação de cerca de 25 pessoas, entre professores e acadêmicos de Educação Física, a oficina foi idealizada em quatro etapas: túnel dos sentidos, discussão teórica sobre Educação Física e Inclusão, parte prática com situações problemas em relação à inclusão e, por último, avaliações e considerações de todos os envolvidos.

O 'Túnel dos Sentidos' objetivou criar um ambiente propício à percepção das dificuldades sensoriais, especificamente a falta da visão, como forma de sensibilizá-los para as dificuldades vivenciadas por pessoas com esta deficiência. Os participantes ficaram descalços e foram vendados do lado de fora da sala. Aos poucos foram entrando e passando por um caminho com obstáculos e sensações táteis variáveis: um corredor com cadeiras de ambos os lados delimitou a área onde havia bolas suíças (65 cm de diâmetro) e mesas para desviar, plintos para galgar, cordas para rastejar, água, plástico bolha, lixas, feijões e gel para pisar.

No segundo momento, reunimos todos em forma de círculo para que pudessem relatar as sensações e sentimentos experimentados no 'Túnel', além das expectativas em relação ao conteúdo de tal oficina. Destacamos os objetivos de nossa proposta e prosseguimos com uma exposição dialogada que pretendeu relacionar alguns conceitos, com as respostas e percepções que colhíamos dos participantes. As perguntas norteadoras estão presentes no quadro a seguir:



Quadro 1: perguntas norteadoras

a. Como se sentiram passando no túnel? Facilidades? Dificuldades?
b. Qual nosso objetivo ao colocar o túnel?
c. Quando escutam a palavra 'inclusão' o que pensam?
d. Qual é a referência de estudante que relacionamos primeiro com 'inclusão'?
e. Com base no que estamos conversando, como vocês definiriam 'inclusão'?
f. Quais os maiores desafios em nosso cotidiano profissional?
g. Em relação ao seu colégio, quais as dificuldades enfrentadas que inviabilizam a inclusão em suas aulas e no ambiente coletivo?

As perguntas 'a' e 'b' permitiram a observação dos diferentes níveis de dificuldade ao caminhar no escuro por 'terreno' desconhecido. Os participantes relataram a vivência de diversas sensações, bem como o transporte para situações já vividas, demonstrando clareza na percepção do objetivo da atividade.

Realizamos, então, a introdução de alguns conceitos e reflexões. As perguntas 'c' e 'd' permitiram a associação com um trecho da Declaração de Salamanca, considerada um "marco da incorporação legal da inclusão no nosso país" (ROMERO & SOUZA, 2008, p.2).

"3. O princípio fundamental desta "Linha de Ação" é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem na rua e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados" (UNESCO, 1994, p. 3)

A leitura deste trecho da Declaração iniciou a reflexão sobre quem é o estudante a ser incluído, principalmente em uma aula de Educação Física escolar, em que muitas vezes presenciamos outras categorias de exclusão, como, por exemplo, o 'não habilidoso'.

Após as respostas referentes à pergunta 'e', conceituamos educação inclusiva por meio da leitura da definição das autoras Blanco e Glat (2009) já anteriormente citada, na qual nos embasamos para realizar tal proposta.

A educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem (p. 16).

Finalizando, as perguntas 'f' e 'g' permitiram que reconhecêssemos um pouco da realidade profissional e pessoal uns dos outros.

Na terceira parte da oficina solicitamos a divisão em quatro grupos com o objetivo de criar ou selecionar um ou mais jogos com os materiais disponibilizados (cordas, cones, bolas de borracha, giz e arcos). Os grupos deveriam pensar em uma primeira aula, incitando a participação de todos. Cada grupo também escolheu dois voluntários, um para ser o 'observador/relator' das atividades propostas e outro para sair da sala, o qual vamos aqui chamar de 'ator'. Ao observador/relator foram fornecidos papéis e canetas com a orientação de anotar todos os detalhes e desafios percebidos. Com os 'atores' fora da sala, conversamos e convidamos para que cada um 'encarnasse' algum personagem passível de exclusão em uma aula de Educação Física. Dentre as várias características pensadas – obeso, de diferente gênero, não-habilidoso (dificuldade motora geral), cego (deficiente visual) e cadeirante (deficiente físico) – preferimos focar nos dois últimos, evitando dificuldades de interpretação dos voluntários. Por sugestão dos próprios, definimos também a inclusão do 'não-habilidoso' e outro deficiente físico, com problema em um dos membros inferiores ('manco').

Estes voluntários retornaram aos grupos que, só então, se depararam com uma situação prática e inesperada de inclusão. Sobressaíram duas dificuldades: o planejamento do jogo com seu próprio 'ator' e a aplicação prática do jogo para o total de participantes, incluindo todos os 'atores' e proponentes da Oficina. Riquíssima vivência para todos, pois tivemos variadas consequências.

Um dos grupos escolheu duas atividades e, ao perceber que a primeira delas não permitiria a participação de todos, só aplicou a outra. No mesmo sentido, outro grupo realizou uma mudança do jogo escolhido na hora de sua realização, o que demandou certa confusão entre seus integrantes. De maneira inversa, houve grupo que insistiu na aplicação de um jogo, com viés competitivo, que desfavorecia a



participação geral. Por fim, apenas um grupo escolheu uma atividade típica de dinâmica de integração/cooperação, permitindo que as dificuldades surgidas fossem um problema a ser solucionado pelos participantes (estilo ‘solução de problemas’).

De uma forma geral, muitos grupos enfrentaram as dificuldades surgidas entre o planejamento e a aplicação dos jogos com uma adaptação nas maneiras de proceder: contestes ficaram mais lentos ou com limitações espaciais, brincadeiras de formação de grupos demandaram ‘ajudantes’ para os ‘atores’, dentre outros. Um dos momentos mais inesperados da oficina foi quando um dos proponentes ‘encarnou’ o papel de aluno ‘habilidoso’ que reclama porque a atividade ficou ‘chata’, com a presença de alunos a serem incluídos. Alguns participantes perceberam que se tratava de uma atuação. Outros claramente olhavam espantados com a ‘incompreensão’ ou o presumível preconceito do proponente. Esse foi um dos assuntos mais comentados no quarto e último momento da proposta.

Retornamos ao grande círculo para a avaliação da oficina, tentando focar na questão da sensibilidade e dos sentimentos envolvidos, ou seja, das percepções. Os observadores/relatores de cada grupo manifestaram-se sobre seus relatos em relação ao seu grupo e aos demais. Os relatos feitos suscitaram comentários diversos dos participantes e dos proponentes, relacionando com suas vivências profissionais, a formação universitária, os desafios enfrentados no cotidiano, dentre outros. Retomando a atuação do proponente ao se portar como um ‘aluno habilidoso e reclamante’, foi destacada a similaridade com situações que observamos entre os próprios estudantes, às vezes com a anuência do professor. Finalizamos perguntando aos participantes: “alguém se sentiu excluído?”.

Considerações finais...

A programação do II Encontro de Educação Física Escolar do Colégio Pedro II contou com dezesseis propostas submetidas por professores, sendo dois minicursos e catorze oficinas. Nossa oficina⁴ e os dois minicursos⁵ foram propostas

⁴ Oficina 9 – ‘Entre deficiências e supereficiências? Vivenciando a inclusão das diferenças’

que enfocaram a inclusão, de forma direta ou indireta. Ao presenciar o momento das inscrições no local do evento, verificamos o rápido preenchimento das vagas nas atividades acima mencionadas, o que nos leva a refletir sobre a atualidade do tema.

Outro momento de relevante destaque foi a avaliação final, ao verificarmos numerosas, inacabadas e muitas vezes ‘atropeladas’ falas dos participantes, cada qual desejando exemplificar com suas experiências. Finalizamos a oficina já com certo atraso e com a certeza que uma parcela significativa dos presentes gostaria que aquele momento fosse prolongado. Com base nessas observações, talvez possamos sugerir que o tema suscita um grande incômodo no cotidiano dos professores de Educação Física Escolar.

Como nossa proposta não tinha a intenção de prescrever fórmulas mágicas, até porque elas não existem, alcançamos os objetivos propostos pelas atividades, visto que a oficina permitiu o olhar para dentro de si, a percepção das dificuldades individuais, coletivas e contextuais em lidar com a exclusão/inclusão que cada um sofre ou impõe na vida cotidiana e inúmeras outras reflexões. Ou seja, uma autoanálise, assim como uma análise grupal/social.

Na tentativa de diminuir ou dirimir essa sensação de incômodo coletivo, fortalecendo o papel do educador⁶ para garantir que nossos alunos e alunas tenham igualdade de oportunidades em educação, destacamos possíveis ações.

1. Entender que a Educação Inclusiva é uma realidade, com a qual precisamos lidar, bem como compreender sua dimensão sociocultural.

2. Perceber que, ao falar de inclusão, estamos nos referindo a TODOS sem exceção, principalmente àqueles que são excluídos somente nas aulas de educação física, seja por habilidade, seja por gênero, obesidade, marcas corporais e outros. Por isso, necessitamos ser sensíveis à diferença!

⁵ Minicurso 1 – ‘Educação Física, currículo e diversidade: um olhar multicultural’, ministrado por um dos proponentes da Oficina 9. Minicurso 8 – ‘Educação Física Escolar e Inclusão: questões e reflexões’, ministrado por Arlindo Fernando Paiva de Carvalho Junior e Luciana Teixeira Bernardo.

⁶ Outros destaques sobre o papel do educador podem ser consultados em Santos (2003).



3. Tentar desconstruir em cada um de nós os estranhamentos, os preconceitos, as amarras que limitam nossa atuação pessoal/profissional.

4. Treinar nosso poder de observação, visando ao atendimento de cada um presente em situação de aula, de cada uma das ações, de cada relato, de cada atitude.

5. Atuar prontamente frente às observações realizadas em situação de aula, procurando empreender questionamentos, reflexões, e às vezes, enfrentamentos.

6. Buscar sua própria capacitação, já que o professor deve se tornar um investigador de sua própria prática (SALLES, 2013).

7. Procurar o apoio de especialistas, das salas de recursos, setores de apoio, das equipes pedagógicas nas escolas, na tentativa de compartilhar experiências.

8. Procurar o trabalho em equipe de professores de Educação Física na escola, não somente na confecção de planejamentos, mas na vida cotidiana, que permite a observação e a reflexão recíprocas além do compartilhar dos saberes e das práticas.

9. Lutar para conquistar uma escola verdadeiramente inclusiva, com novas formas de interação entre os setores, mudanças em toda sua organização, estrutura e funcionamento, transformando suas intenções e currículo (BLANCO; GLAT, 2009)

10. Dialogar com nossos alunos, possíveis vítimas de situações de exclusão.

Concluindo, por ser fruto de uma mudança paradigmática e, portanto, carregada de questionamentos, enfrentamentos e inquietações, a inclusão escolar implica em uma série de desafios, ou melhor, em uma reestruturação global da escola, do currículo, das pessoas, quiçá da sociedade como um todo. Certamente, o vasto e rico tema da inclusão necessita de maiores contribuições não somente na área da Educação Física, mas em todos os saberes que constroem a instituição escolar. Faz-se necessário o investimento constante em formação continuada, proveniente de várias instâncias, instituições e indivíduos, pois é algo vivenciado a todo o momento em nossas aulas, nossas escolas e na vida em sociedade.

Referências

ANDRADE, Cecília Fonseca Pessoa de. **Olhares indisciplinados sobre o corpo disciplinado nas práticas escolares: uma questão de autonomia ou sujeição?** 2002, 200p. Dissertação de Mestrado, Linha de Pesquisa em Conhecimento, Autonomia e Participação. PROPED, UERJ. Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **MEC/SEESP**, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em 20 fev. 2016.

_____. Congresso Nacional. [Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.](#) Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em 20 out. 2015.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em 20 fev. 2016.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em 20 out. 2015.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. In: CHICON, J.F. **Inclusão e Exclusão no contexto da Educação Física Escolar**. Movimento, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 13- 38, jan./abr. 2008.

_____. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm> Acesso em 20 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em 20 out. 2015.



_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: **MEC/SEESP**, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em 20 out. 2015.

BLANCO, Leila M.V.; GLAT, Rosana. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 15-35

KELMAN, Celeste Azulay. Multiculturalismo e Surdez: uma questão de respeito às culturas minoritárias. In: Eulalia Fernandes (org.). **Surdez e Bilinguismo**. 1ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 87-103

PORTOCARRERO, Vera. Instituição escolar e Normalização em Foucault e Canguilhem. **Educação & Realidade** – Dossiê Michel Foucault. Issn 0100-3143 (impresso) e 2175-6236 (online), UFRG, jan/jun 2004. v. 29, n. 1. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25424/14750>> Acesso em 28 fev. 2016.

ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. Educação Inclusiva: alguns marcos históricos que produziram a educação atual. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 8., 2008, Curitiba. **Anais do evento**. Curitiba: Ed. Champagnat, 2008. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf> Acesso em: 10 out. 2015.

SALLES, Fabiano Lange. Educação Física, Síndrome de Asperger e Inclusão: interações possíveis. In: SEMINARIO INTERNACIONAL – AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS: transformações e subversões na atualidade, 7., 2013, **Seminário REDES**. UERJ. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/281887236/ED-FISICA-E-SINDROME-DE-ASPERGER-SEMINARIO-REDES-pdf#scribd>> Acesso em: 30 out. 2015.

SAMPAIO, Leonardo Rodrigues, CAMINO, Cleonice Pereira dos Santos & ROAZZI, Antonio. Revisão de Aspectos Conceituais, Teóricos e Metodológicos da Empatia. **Psicologia, Ciência e Profissão**. [online]. 2009, vol.29, n.2, pp. 212-227. ISSN 1414-9893. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n2/v29n2a02.pdf>> Acesso em 25 fev. 2016

SANTOS, Mônica Pereira. **Dialogando sobre Inclusão em Educação; contando casos (e descasos)**. 1. ed. Curitiba: Ed. CRV, 2013. v. 1, 88p

_____. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. **Revista Movimento** – Faculdade de Educação UFF. Niterói: mai 2003, n. 7, pp.78-91.

SANTOS, Mônica Pereira; MELO, Sandra Cordeiro de. (org) **Inclusão em Educação: diferentes interfaces**. Curitiba: Ed. CRV, 2009.

SILVA. Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA T.T.; HALL. S.; WOODWARD. K. (orgs.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994. Disponível em: cape.edunet.sp.gov.br/textos/declaracoes/3Declacao_Salamanca.doc > Acesso em: 30 out. 2015.

XAVIER, Giseli Pereli de Moura. Educação Inclusiva. In: CANEN. A.; SANTOS, A.R. dos (orgs.). **Educação Multicultural: Teoria e Prática para professores e Gestores em Educação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009. p. 17-40.

Agradecimentos

- ❖ A toda equipe de Educação Física do Campus São Cristóvão II, cujo apoio e parceria podemos sempre desfrutar: Professoras Ariane, Bianca e Simone.
- ❖ Aos participantes do II Encontro de Educação Física Escolar do Colégio Pedro II, com os quais dividimos momentos inspiradores.
- ❖ Agradecemos também àqueles professores do DEF/CPII que estão sempre à procura de novos desafios e inquietações e compartilham conosco suas iniciativas e reflexões.

